



PROCESSO TC Nº: 03130/2008
DATA DA LICITAÇÃO: 07/07/2008
HORA DA LICITAÇÃO: 14:00H
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO ITEM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 008/2008

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Comissão de Pregão, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no horário e data, acima previstos em sua sede a rua Geraldo von Söhsten, 147, Jaguaribe, CEP 58015-190, CNPJ nº 09.283.110/0001-82, Licitação do tipo e modalidade acima citados.

1 - PREÂMBULO

1.1. A presente licitação, que será integralmente conduzida pelo (a) Pregoeiro(a) assessorado(a) por sua equipe de apoio, será regida pela Lei nº 10.520/02 e suas alterações, pelo Decreto nº 24.649/2003 que regulamentou a sua aplicação no Estado da Paraíba, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consoante as condições estatuídas neste instrumento convocatório e seus anexos, cujos preços serão consubstanciados em SRP, constantes do processo indicado acima.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Tem por finalidade aquisição de peças destinadas à manutenção dos veículos do Tribunal de Contas do Estado, conforme de termo de referencia anexo I,

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

3.3. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.4. Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante.

3.5. Não será permitida a participação sob a forma de consórcio.

4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1. O Órgão não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

4.2. Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

4.2.1. Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

ENVELOPE NO. 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO DE PREGÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2008****DATA/HORA: 07/07/2008 às 14:00 h****Razão Social do proponente, endereço e CNPJ (caso o envelope não seja personalizado – timbrado).****ENVELOPE NO. 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA****COMISSÃO DE PREGÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2008****DATA/HORA: 07/07/2008 às 14:00 h****Razão Social do proponente, endereço e CNPJ (caso o envelope não seja personalizado – timbrado).**

4.2.2. Do envelope "Proposta Comercial" deverá constar, se for o caso, comprovação exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação da habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firmas reconhecidas, que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

5.3. No caso de procuração de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, e da última alteração estatutária ou contratual, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4. As licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão ainda na fase de credenciamento, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação conforme prescreve o art.4, inc. VII, da Lei n 10.520/02, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ nº....., declara sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº 008/2008

Local e data

 Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal
6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE DAS PROPOSTAS)

6.1. As propostas de preços devem, obrigatoriamente, preencher os seguintes requisitos e atender aos padrões abaixo estabelecidos :

6.1.1. datilografadas ou digitadas, em duas (02) vias, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, com no máximo duas casas decimais e entregues no local, dia e hora preestabelecidos no Edital, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, rubricadas todas as folhas pelo representante legal e assinada a última, sobre carimbo com nome, identidade ou CPF;

6.1.2. conter especificação clara e sucinta do objeto a ser oferecido, com indicação – no que couber – de marca, modelo, tipo, peso ou medida, fabricante, nome da empresa, razão ou denominação social e endereços completos e conterem também:

I. preço cotado de forma, em algarismo e por extenso, com indicação das unidades citadas nas especificações. Na proposta deverá vir expressa e destacadamente: o preço unitário por item. Com a respectiva carga tributária e o valor do frete, informações estas de caráter acessório que correrão à conta do licitante;

II. declaração em papel timbrado com CNPJ da pessoa jurídica, indicando o nome, qualificação, endereço e CPF do seu representante legal que assinará o contrato;

III. prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega das propostas e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor;

IV. Garantia contra defeitos de fabricação a partir da entrega;

V. As peças objeto da licitação deverão ser novas, não remanufaturadas;

VI. Prazo de entrega do(s) produto(s): imediato – a contar da data constante do respectivo contrato, empenho, ou documento oficial que produza o mesmo efeito;

VII. local de entrega dos produtos: a empresa deverá entregar o(s) produto(s) no Almoxarifado do TCE, com sede na à Rua Geraldo von Söhsten, nº 147, Bairro de Jaguaribe, João Pessoa/PB.

6.2. Caso venha a verificar-se qualquer divergência nas informações constantes da proposta de preços, pertinentes a valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o registro efetuado por extenso;

6.3. A entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e a respectiva documentação significará expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições previstas no Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. REGULARIDADE JURÍDICA

7.1.1. Registro Comercial e suas alterações, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. REGULARIDADE FISCAL

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.2.4. Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social;

7.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão relativa aos tributos federais administrados pela Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRO

7.3.1. Certidão Negativa de Falência ou em Processo de Falência, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo Distribuidor do Fórum da sede da pessoa jurídica, observando o prazo de 90 (noventa dias).

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Apresentar atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento do objeto desta licitação;

7.4.2. Em caso de distribuidora autorizada, apresentar declaração do fabricante informando que a empresa é a autorizada na região correspondente dos produtos.

7.5. Juntamente com os documentos referidos neste item (item 7 – DA HABILITAÇÃO), serão apresentados para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual; e declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, segundo determina o inc. V, art. 27, da Lei 8.666/93, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações serão conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa.....CNPJ nº, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do diretor ou representante legal

DECLARACAO

A empresa CNPJ nº....., declara, sob as penas da lei, que na mesma não ha realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Local e data

Assinatura do diretor ou representante legal

7.6. O CECH - Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação emitido pela GOCAF – Gerência Operacional de Fornecedores da Secretaria da Administração do Estado da Paraíba, poderá ser apresentado pelo licitante, com validade em vigor e compatível com o objeto de aquisição do presente certame, como substitutivo dos documentos exigidos no item 7 deste edital, com exceção dos documentos constantes dos itens 7.5.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

8.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.2.1. Serão selecionadas pelo Pregoeiro as propostas de menor preço global e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, a proposta de maior desconto, para participarem dos lances verbais.

8.2.2. Não havendo inferiores pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, ate o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam descontos oferecidos nas propostas apresentadas.

8.3. LANCES VERBAIS

8.3.1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

8.3.2. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, como critério de desempate será realizado um sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.4. Como critério de desempate, e em cumprimento a Lei Complementar 123/2006, será dado preferência da contratação da ME (micro empresa) e EPP (empresa de pequeno porte).

8.4. JULGAMENTO

8.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO GLOBAL, maior desconto sobre a tabela constante no anexo I** apresentado.

8.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento das condições de habilitação do licitante que a tiver formulado.

8.4.6. Constatado o atendimento pleno as exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.7. Se a proposta não for aceitável, ou se o proponente não atender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital para o qual apresentou a proposta.

8.4.8. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido o maior percentual de desconto.

8.4.9. Não serão aceitos lances verbais com descontos simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, o licitante poderá peticionar contra o ato convocatório.

9.2. A apresentação da impugnação, após o prazo previsto no subitem anterior, não a caracterizará com tal, recebendo tratamento como mera informação.

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10. DO CONTRATO E DA NOTA DE EMPENHO

10.1. Homologado o julgamento, o (s) licitante (s) vencedor (es) será (ão) convocado (s) para assinar o contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período;

10.1.1. O contrato observará a minuta do Anexo II e firmará compromisso para eventual contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, prorrogável excepcionalmente por igual período;

10.2. Para efeito de verificação da conformidade do objeto deste edital com as especificações constantes na proposta de preços apresentada, a Chefia da DEMFO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, oportunidade em que os aceitará, atestando a respectiva nota fiscal/fatura, ou os rejeitará, na hipótese de desconformidade com a proposta de preços apresentada no certame licitatório;

10.3. Quando o fornecedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas no certame licitatório, sem que haja convocação por parte deste Tribunal para assinatura do contrato, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos.

10.5. O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 57, 58 e 65, da Lei 8.666/93.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões

em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, de acordo com o art. 11, XVIII, do Decreto num 3.555/00.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

11.6. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

12.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

13. DO PAGAMENTO

O Pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a formalização e a apresentação da nota fiscal discriminativa da prestação de serviço mensal (em duas vias), onde conste o "atestado" de prestação de serviço, por parte do servidor ou comissão designada, ficando este pagamento condicionado a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme item 7.2 da habilitação.

14. DO PRAZO E LOCAL DA INSTALAÇÃO

Entregar os equipamentos de imediato quando solicitado.

15. DA ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

O valor estimado do contrato será obtido com o resultado do valor global da pesquisa de preço anteriormente realizada e constante do procedimento administrativo

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. O prazo de garantia das peças e materiais deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano, a partir da entrega.

16.2. Encarregar-se por todo o transporte horizontal e vertical de peças e materiais até a sede deste Tribunal;

16.3. Assumir inteira responsabilidade técnica pelos materiais entregues, não a transferindo, sob nenhum pretexto, para outras entidades, seja fabricantes, técnicos, e outros;

16.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar o fornecimento a que está obrigada, sem prévia autorização por escrito do Contratante;

16.5. Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;

16.6. Responsabilizar-se pela garantia das peças;

16.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões dos equipamentos nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

16.8. Entregar o material adquirido, na sede do TCE, no prazo máximo de 48 horas, após solicitação escrita e formal advinda do DEMFO;

16.9. As peças devem ser originais;

16.10. O Contratante poderá exigir da Contratada a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais;

16.11. Durante o período de garantia, a reposição de peças originais por outra da mesma espécie é de responsabilidade da Contratada, mediante atestado de reposição original atestado pelo setor competente do TCE, sem qualquer ônus para este Tribunal;

16.12. Comunicar, por escrito, imediatamente, à Contratante, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual para a adoção das providências cabíveis.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela Contratante.

17.1.1. Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

17.1.2. Multas;

17.1.3. Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização a Contratante por perdas e danos;

17.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar, de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

17.1.5. Indenização a Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

17.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.2. A multa será aplicada a razão de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o valor total dos materiais em atraso, por dia de atraso no fornecimento dos materiais.

17.3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

17.4. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

18. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

18.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, poderá ser também aplicada àqueles que:

18.1.1. Retardarem a execução do pregão;

18.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

18.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

19. DO REAJUSTE

19.1. Decorrido o prazo, a cada 12 (doze) meses o valor mensal do contrato, poderá ser reajustado, mediante requerimento justificado da Contratada, utilizando-se o INPC, desde que o valor do contrato não se desvie dos parâmetros de mercado, ocasião em que poderá ser considerado outro índice.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, quanto à falhas ou irregularidades que o viciarem.

20.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

20.4. É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.5. É vedada ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

20.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimo ou supressões conforme previsão legal.

20.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.

20.8. O valor contratado será irrevogável nos termos da Legislação vigente.

20.9. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.10. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, podendo também estabelecer um prazo de 24 horas para resolução das diligências, o não cumprimento do prazo acarretará em automática inabilitação.

20.11. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.12. A critério do Pregoeiro(a) a sessão poderá ser suspensa e reiniciada em dia e horário definidos por ele(a), o qual será registrado em Ata.

João Pessoa, 10 de junho de 2008.

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES

A/M(*) = ANO/MODELO
PEÇAS NOVAS, ORIGINAIS OU SIMILARES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
01	Amortecedor dianteiro - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	par	4	771,17	3.084,68
02	Amortecedor dianteiro - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	par	5	340,00	1.700,00
03	Amortecedor dianteiro - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 01/02	par	2	258,33	516,67
04	Amortecedor dianteiro - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	par	2	150,00	300,00
05	Amortecedor dianteiro - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	par	2	306,67	613,33
06	Amortecedor dianteiro - KOMBI - A/M(*) : 97/98	par	1	133,33	133,33
07	Amortecedor traseiro - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	par	4	369,12	1.476,48
08	Amortecedor traseiro - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	par	5	203,33	1.016,67
09	Amortecedor traseiro - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 05/05	par	2	330,00	660,00
10	Amortecedor traseiro - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	par	2	153,33	306,67
11	Amortecedor traseiro - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	par	2	306,67	613,33
12	Amortecedor traseiro - KOMBI - A/M(*) : 97/98	par	1	153,33	153,33
13	Base para motor - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	unid.	4	401,35	1.605,40
14	Base para motor - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05 - Lado Direito	unid.	5	100,00	500,00
15	Base para motor - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 05/05	unid.	2	113,33	226,67
16	Base para motor - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05 - Lado Esquerdo	unid.	5	83,33	416,67
17	Base para motor - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	unid.	2	15,00	30,00
18	Base para motor - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	unid.	2	15,00	30,00
19	Base para motor - KOMBI - A/M(*) : 97/98	unid.	2	7,67	15,33
20	Cilindro de embreagem - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	unid.	4	432,43	1.729,70
21	Cilindro de embreagem - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	unid.	5	213,33	1.066,67
22	Cilindro de roda - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	unid.	6	156,25	937,50
23	Cilindro de roda - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	unid.	6	28,67	172,00
24	Cilindro de roda - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 05/05	unid.	2	68,33	136,67
25	Cilindro de roda - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	unid.	2	16,33	32,67
26	Cilindro de roda - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	unid.	2	16,33	32,67
27	Cilindro de roda - KOMBI - A/M(*) : 97/98	unid.	1	27,33	27,33
28	Conjunto de tapetes - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	jogo	4	90,00	360,00
29	Conjunto de tapetes - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	jogo	4	45,00	180,00
30	Conjunto de tapetes - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 05/05	jogo	2	125,00	250,00
31	Conjunto de tapetes - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	jogo	2	42,50	85,00
32	Conjunto de tapetes - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	jogo	2	42,50	85,00
33	Conjunto de tapetes - KOMBI - A/M(*) : 97/98	jogo	1	432,50	432,50
34	Correia Dentada - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	unid.	5	117,42	587,08
35	Correia Dentada - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	unid.	8	40,00	320,00
36	Correia Dentada - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*) : 01/02	unid.	2	19,33	38,67
37	Correia Dentada - SANTANA 2.0 - A/M(*) : 99/00	unid.	2	19,33	38,67
38	Correia do Alternador - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*) : 05/06	unid.	5	46,89	234,45
39	Correia do Alternador - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*) : 05/05	unid.	8	35,00	280,00
40	Correia do Alternador - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*) : 05/05	unid.	2	53,33	106,67

41	Correia do Alternador - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	38,33	76,67
42	Correia do Alternador - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	2	38,33	76,67
43	Correia do Alternador - KOMBI - A/M(*): 97/98	unid.	1	11,67	11,67
44	Coxim do amortecedor - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	8	308,40	2.467,20
45	Coxim do amortecedor - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	8	60,00	480,00
46	Coxim do amortecedor - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	4	39,33	157,33
47	Coxim do amortecedor - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	4	39,33	157,33
48	Bomba d'agua - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	4	237,41	949,62
49	Bomba d'agua - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	6	133,33	800,00
50	Bomba d'agua - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	unid.	1	230,00	230,00
51	Bomba d'agua - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	75,00	150,00
52	Bomba d'agua - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	2	75,00	150,00
53	Disco de freio - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	par	6	321,44	1.928,64
54	Disco de freio - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	par	6	140,00	840,00
55	Disco de freio - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	par	2	250,00	500,00
56	Disco de freio - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	par	2	43,33	86,67
57	Disco de freio - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	par	2	103,33	206,67
58	Disco de freio - KOMBI - A/M(*): 97/98	par	1	136,67	136,67
59	Junta homocinetica - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	4	243,92	975,66
60	Junta homocinetica - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	Unid.	1	425,00	425,00
61	Junta homocinetica - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	6	263,33	1.580,00
62	Junta homocinetica - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	118,33	236,67
63	Junta homocinetica - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	4	163,33	653,33
64	Jogo de pastilha de freio - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	jogo	8	153,49	1.227,92
65	Jogo de pastilha de freio - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	jogo	10	46,67	466,67
66	Jogo de pastilha de freio - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	jogos	2	86,67	173,33
67	Jogo de pastilha de freio - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	jogo	2	41,67	83,33
68	Jogo de pastilha de freio - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	jogo	2	51,67	103,33
69	Jogo de pastilha de freio - KOMBI - A/M(*): 97/98	jogo	1	19,00	19,00
70	Jogo fita traseiro - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	jogo	4	220,31	881,24
71	Jogo fita traseiro - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	jogo	5	70,00	350,00
72	Jogo fita traseiro - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	jogo	2	37,50	75,00
73	Jogo fita traseiro - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	jogo	2	11,00	22,00
74	Jogo fita traseiro - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	jogo	2	12,67	25,33
75	Jogo fita traseiro - KOMBI - A/M(*): 97/98	jogo	1	23,33	23,33
76	Kit do amortecedor dianteiro - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	kit	4	130,10	520,40
77	Kit do amortecedor dianteiro - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	kit	5	25,00	125,00
78	Kit do amortecedor dianteiro - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	kit	2	18,67	37,33
79	Kit do amortecedor dianteiro - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	kit	2	17,00	34,00
80	Kit do amortecedor trazeiro - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	kit	4	80,55	322,20
81	Kit do amortecedor trazeiro - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	kit	5	81,67	408,34
82	Kit do amortecedor trazeiro - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	kit	2	21,33	42,67
83	Kit do amortecedor trazeiro - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	kit	2	22,67	45,33
84	Kit de barra estabilizadora - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	kit	4	80,50	322,00
85	Kit de barra estabilizadora - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	kit	6	15,33	92,00
86	Kit de barra estabilizadora - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	kit	2	40,00	80,00
87	Kit de barra estabilizadora - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	kit	2	7,33	14,67
88	Kit de barra estabilizadora - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	kit	2	7,00	14,00
89	Kit de barra estabilizadora - KOMBI - A/M(*): 97/98	kit	1	13,67	13,67
90	Kit de embreagem - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	kit	4	781,03	3.124,10
91	Kit de embreagem - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	kit	6	276,67	1.660,00
92	Kit de embreagem - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	kit	2	825,00	1.650,00
93	Kit de embreagem - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	kit	2	200,00	400,00
94	Kit de embreagem - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	kit	2	200,00	400,00
95	Kit de embreagem - KOMBI - A/M(*): 97/98	kit	1	190,00	190,00

96	Kit de rolamento trazeiro-HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	kit	4	618,09	2.472,34
97	Kit de rolamento trazeiro-PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	kit	4	76,67	306,67
98	Kit de rolamento trazeiro-GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	kit	2	36,67	73,33
99	Kit de rolamento trazeiro-SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	kit	2	36,67	73,33
100	Limpador de pará-brisa-palheta - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	par	8	103,15	825,16
101	Limpador de pará-brisa - palheta - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	par	10	35,00	350,00
102	Limpador de pará-brisa - palheta - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	par	2	33,33	66,67
103	Limpador de pará-brisa - palheta - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	par	2	28,00	56,00
104	Limpador de pará-brisa - palheta - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	par	4	28,00	112,00
105	Limpador de pará-brisa - palheta - KOMBI - A/M(*): 97/98	par	1	19,33	19,33
106	Tensor da correia dentada - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	6	456,64	2.739,81
107	Tensor da correia dentada - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	6	113,33	680,00
108	Tensor da correia dentada - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	40,00	80,00
109	Tensor da correia dentada - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	4	40,00	160,00
110	Rolamento da roda dianteira - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	8	280,28	2.242,24
111	Rolamento da roda dianteira - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	10	68,33	683,33
112	Rolamento da roda dianteira - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	4	53,33	213,33
113	Rolamento da roda dianteira - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	6	53,33	320,00
114	Rolamento da roda dianteira - KOMBI - A/M(*): 97/98	unid.	2	46,67	93,33
115	Rolamento deslizante - KOMBI - A/M(*): 97/98	Unid.	2	120,00	240,00
116	Rolamento deslizante - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): ½	Unid.	2	113,33	226,67
117	Rolamento deslizante - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	Unid.	2	160,00	320,00
118	Aditivo para combustível flex - 200ml	ml	90	17,63	1.586,97
119	Aditivo para radiador - 1000ml	lt	50	19,47	973,60
120	Filtro de Ar - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	8	46,30	370,38
121	Filtro de Ar - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	10	14,13	141,25
122	Filtro de Ar - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	unid.	2	49,50	99,00
123	Filtro de Ar - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	17,88	35,75
124	Filtro de Ar - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	4	17,88	71,50
125	Filtro de Ar - KOMBI - A/M(*): 97/98	unid.	1	32,50	32,50
126	Filtro de Combustível - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	8	64,78	518,22
127	Filtro de Combustível - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	10	16,25	162,50
128	Filtro de Combustível - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	unid.	2	34,33	68,67
129	Filtro de Combustível - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	16,00	32,00
130	Filtro de Combustível - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	4	16,00	64,00
131	Filtro de Combustível - KOMBI - A/M(*): 97/98	unid.	1	16,50	16,50
132	Filtro de óleo - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	unid.	10	54,00	540,00
133	Filtro de óleo - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	24	21,80	523,13
134	Filtro de óleo - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	30	13,75	412,50
135	Filtro de óleo - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	10	12,88	128,75
136	Filtro de óleo - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	10	12,88	128,75
137	Flanela	unid.	50	2,10	105,00
138	Fluido para freio	unid.	20	10,09	201,76
139	Fluido para transmissão automática	lt	20	18,37	367,30
140	Óleo para motor a diesel - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	lt	60	12,13	727,50
141	Óleo para motor 20/40	lt	500	10,99	5.496,00
142	Trapo branco	kg	20	6,90	138,00
143	Bateria 56 AP - KOMBI - A/M(*): 97/98	unid.	1	240,00	240,00
144	Bateria CCA405 - 40 AP - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	8	272,34	2.178,72
145	Bateria 60 AP - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	6	240,00	1.440,00
146	Bateria 60 AP - S-10, 4X4, 2.8/DIESEL - A/M(*): 05/05	unid.	2	240,00	480,00
147	Bateria 56 AP - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	240,00	480,00
148	Bateria 60 AP - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	2	240,00	480,00
149	Jogo de cabo de velas - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	jogo	8	653,90	5.231,20
150	Jogo de cabo de velas - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	jogo	10	98,33	983,33

151	Jogo de cabo de velas - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	jogo	2	103,33	206,67
152	Jogo de cabo de velas - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	jogo	2	106,67	213,33
153	Jogo de cabo de velas - KOMBI - A/M(*): 97/98	jogo	1	113,33	113,33
154	Vela de ignição - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	jogo	8	79,18	633,44
155	Vela de ignição - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	jogo	10	43,33	433,33
156	Vela de ignição - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	jogo	2	40,00	80,00
157	Vela de ignição - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	jogo	4	40,00	160,00
158	Vela de ignição - KOMBI - A/M(*): 97/98	jogo	2	38,33	76,67
159	Bomba de combustível - HONDA CIVIC LX/GASOLINA - A/M(*): 05/06	unid.	4	588,49	2.353,96
160	Bomba de combustível - PÁLIO HLX 1.8/FLEX - A/M(*): 05/05	unid.	5	206,67	1.033,34
161	Bomba de combustível - GOL AP 1.8/GASOLINA - A/M(*): 01/02	unid.	2	123,33	246,67
162	Bomba de combustível - SANTANA 2.0 - A/M(*): 99/00	unid.	2	123,33	246,67
				TOTAL	89.359,46

João Pessoa (PB), 10 de junho de 2008.

ANEXO II

MINUTA

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA
_____, VISANDO A AQUISIÇÃO DE
PEÇAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS
VEÍCULOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO**

1. DAS PARTES:

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, ou simplesmente TCE-PB, inscrito no CGC-MF-09.283.110/0001-82, com sede e foro na Rua Geraldo von Söhsten, 147, Jaguaribe, nesta Capital, legalmente representado por seu Presidente, Conselheiro **ARNÓBIO ALVES VIANA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Ruy Carneiro, 742, Aptº 201, Edifício Embassador, Tambaú, João Pessoa-PB, portador da Cédula de Identidade (CI) número 457.922-PB e do Cartão de Identificação de Contribuinte (CIC) número 161.853.404-10;

CONTRATADA: _____, com sede e foro na Rua _____, na cidade de _____, inscrita CNPJ sob o nº _____, inscrição Municipal nº _____, neste ato representada por seu representante legal _____, brasileiro, estado civil _____ portador da Cédula de identidade de nº _____, residente e domiciliado à _____, na cidade de _____.

2. DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS:

As partes acima qualificadas, com base em processo regular de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008/2008, do tipo menor preço por item, em regime de execução indireta na modalidade de empreitada por preço global constante do Processo TC nº. 03130/2008, realizada e processada nos termos das disposições da Licitação supracitada e da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ajustam e contratam o que se contém nos subitens a seguir:

3. OBJETO:

Tem por finalidade aquisição de peças destinadas à manutenção dos veículos do Tribunal de Contas do Estado, conforme de termo de referencia anexo I.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Para alcance do objeto indicado, a CONTRATADA assume as responsabilidades e obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial 008/2008 e seus anexos, bem assim, os transcritos em sua proposta, documentos que independente de transcrição, integram, para todos os fins de direito, o presente instrumento contratual.

4.2. Prestar esclarecimentos quando solicitados pelo T.C.E., atendendo prontamente eventuais reclamações.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1. Pagar mensalmente a CONTRATADA a importância de R\$._____, de acordo com a proposta da CONTRATADA, julgada vencedora no Pregão Presencial 008/2008;

5.2. Garantir acesso a equipe da CONTRATADA a todas as dependências do CONTRATADO;

5.3. Proporcionar espaço para guarda de materiais e equipamentos da CONTRATADA necessários a realização dos serviços contratados;

5.4. O pagamento do valor licitado será efetuado mensalmente após recebimento da fatura que deverá ser apresentada entre os dias 25 e 30 de cada mês, ficando o TCE/PB com prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da fatura para emitir o respectivo pagamento.

6. DA VIGÊNCIA:

6.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais períodos, conforme o Inciso II do art. 57, da lei Federal 8.666/93.

7. DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO:

7.1. Os recursos para pagamento de que trata este Contrato, são os constantes do Orçamento do Tribunal de Contas, Classificação Funcional Programática 02101.01.122.5046.4216 - 339039.00 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

7.2. Durante os doze meses de vigência deste Contrato os preços ajustados no subitem 5.1 não poderão sofrer qualquer reajuste ou acréscimo, a qualquer título, salvo se as partes, a luz das disposições da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, decidirem, de comum acordo, o contrário.

8. DAS PENALIDADES:

8.1. No caso do inadimplemento total ou parcial das condições contratuais a CONTRATADA ficará sujeito às penalidades de que trata o art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e consoante previsão no edital.

9. DA RESCISÃO:

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido se houver motivos referidos nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

9.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o presente instrumento contratual, na hipótese de violação aos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. O presente Contrato é regido pela Lei 8.666/93, e suas alterações, cujos dispositivos suprirão qualquer dúvida ou omissão eventualmente derivados da aplicação dos itens e subitens anteriores.

10.2. O CONTRATANTE nada deverá à CONTRATADA, em decorrência da correta execução deste Contrato, além do valor das doze parcelas mensais estabelecidas.

10.3. O foro do presente contrato é o da Comarca de João Pessoa -PB, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11. DECLARAÇÕES FINAIS:

E, por estarem assim justas e contratadas, os representantes das partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

João Pessoa, de de 2008.

PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Conselheiro ARNÓBIO ALVES VIANA
Presidente do TCE-PB

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2008 - TCE/PB

Aos dias do mês de do ano de 2008, o **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, com sede na rua Geraldo von Sohsten, 147, Jaguaribe, CEP 58015-190, CNPJ nº 09.283.110/0001-82, a seguir denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo seu Pregoeiro, JONAS ALBERTO DA SILVA, Mat. 370.231, decorrente da licitação na modalidade Pregão nº 005/2008 – TCE/PB, **cujo objeto é a aquisição de peças para veículos**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços objetivando a aquisição de peças para veículos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, localizado em João Pessoa/PB, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto nº 3.931/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através do Setor de Contratos, obriga-se a:

- a)** gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b)** convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para retirada da nota de empenho;
- c)** observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d)** conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e)** consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do (s) material (s) a outro (s) órgão (ões) da Administração Pública que externe (m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- f)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O **FORNECEDOR** obriga-se a:

- a)** retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato, quando for o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;
- b)** informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP, desde que não comprometa a capacidade de fornecimento assumida na Ata de Registro de Preços;

- c)** entregar o (s) bem (ns) solicitado (s) nos prazos estabelecidos no Edital e no Anexo I, do edital de licitação Pregão nº 008/2008 – TCE/PB;
- d)** fornecer o (s) bem (ns) conforme especificações, marcas, e preços registrados na presente ARP;
- e)** entregar o (s) bem (ns) solicitado (s) no respectivo endereço do órgão gerenciador ou não participante da presente ARP;
- f)** providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
- g)** fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- h)** ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e não participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- i)** apresentar, quando da assinatura deste instrumento, planilha de formação de preços atualizada contendo a distribuição proporcional dos valores finais ofertados na sessão de licitação, após os lances, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao Órgão Não-participante:

- a)** consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR no intuito de obter as informações necessárias à aquisição pretendida, e, em especial, o teor da presente Ata de Registro de Preços e eventuais alterações;
- b)** acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital de Licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam adotadas pelo TCE/PB (ÓRGÃO GERENCIADOR) as penalidades cabíveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto 3931/2001.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o (s) fornecedor (es) e as especificações do(s) materiais (s) registrados nesta Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS

Empresa 1ª Colocada		
CNPJ:		
Endereço:		
Empresa 2ª Colocada		
CNPJ:		

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a formalização e a apresentação da nota fiscal discriminativa do serviço (em duas vias), onde conste o "atestado" de recebimento da prestação do serviço, por parte do servidor ou comissão designada, ficando este pagamento condicionado a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme item 7.2 da habilitação, constante do Edital.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e Internet, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, e no art. 12 do Decreto 3931/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I. Por iniciativa da Administração, quando:

- a)** não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;
- b)** recusar-se a retirar a nota de empenho nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c)** der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d)** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- e)** não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f)** não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- g)** em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II. Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário de Administração e Orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, além do cancelamento do registro, nos termos do art. 13 do Decreto nº 3.931/2001, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu (s) ato (s) ensejar (em):

- a)** caso a contratada não entregue o material no prazo e condições avençadas, ficará sujeita a multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o máximo de 02 (dois) dias;
- b)** sendo o atraso superior a 02 (dois) dias restará configurada a inexecução total do contrato;
- c)** caso haja inexecução contratual que motive e resulte em rescisão unilateral da avença, além das sanções administrativas supracitadas, será aplicável multa compensatória de 30% (trinta por cento), ou 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, conforme a inexecução seja total ou parcial, respectivamente.

d) o recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de cinco dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto nos créditos da contratada ou da garantia prestada, ou ainda de sua cobrança judicial, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a)** Processo TC nº 03130/2008;
- b)** Edital do Pregão nº 008/2008 – TCE/PB e anexos;
- c)** Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa (PB), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Jonas Alberto da Silva, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo (s) particular (es) fornecedor (es).

João Pessoa,

JONAS ALBERTO DA SILVA
Pregoeiro

EMPRESA (S) FORNECEDORA (S):